

Sarney não impõe limite à discussão sobre um programa de emergência

por Cláudia Safatle
de Brasília

"O que o Congresso Nacional decidir, estará decidido." Com essa declaração, feita ontem a este jornal, o líder do governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), deixou claro que o presidente José Sarney não impôs limites à discussão em torno de um acordo político para a formulação de um programa mínimo de emergência que evite a desagregação econômica e a instalação do processo hiperinflacionário.

A confecção desse programa ficará a cargo dos parlamentares, com eventual envolvimento da equipe econômica do governo Sarney. E se, para sua implementação, o Congresso Nacional decidir pela mudança do regime de presidencialismo para parlamentarismo já, ou optar pela redução do mandato do presidente Sarney, antecipando a posse para 1º de janeiro próximo, através de um "impeachment", o presidente Sarney acatará tais decisões, garantiu o deputado, que está intermediando as negociações. "O presidente Sarney quer ir até o fim de seu mandato. Mas se, porventura, a redução desse mandato for importante para a transição pacífica, ele não fará restrição", assinalou o líder do governo na Câmara.

As negociações, no Congresso, em torno da elaboração desse programa mínimo ainda são embrionárias. Também a equipe econômica do governo deposita nesse acordo político, embora com ceticismo, uma parte importante de suas esperanças para contornar a crise. Como deixou claro um graduado colaborador do ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda: a crise hoje é política e não econômica. E a economia não dispõe de instrumentos para agir no psicossocial, revertendo expectativas pessimistas, razão pela qual um fato político nesse momento seria de enorme valia.

O que se indaga com frequência, porém, é como fazer com que os principais candidatos à sucessão do presidente Sarney se envolvam na montagem de um acordo que viabilize os últimos meses da gestão atual, se isso poderia provocar-lhes prejuízos eleitorais, principalmente diante da distância de que o candida-



Luís Roberto Ponte

to do PRN, Fernando Collor de Mello, desfruta nas pesquisas de intenções de voto. O líder do governo na Câmara responde: "Eles vão-se engajar na medida em que entenderem que sem um programa mínimo para evitar o caos não haverá nem Collor, nem José nem João".

Paralelamente à essa discussão, o deputado gaúcho está totalmente envolvido com uma questão de curtíssimo prazo: evitar a rejeição pelo Congresso das medidas de equacionamento do déficit da Previdência Social, negociar mudanças na política salarial e, dependendo do que ocorrer com a Previdência Social, o veto ou não da política de salário mínimo, pelo presidente da República.

Segundo sua avaliação, a tendência no Congresso é manter a vinculação dos benefícios da Previdência à política do salário mínimo. Caso isso aconteça e os parlamentares não indiquem fontes plausíveis de financiamento do déficit previdenciário, restaria ao presidente Sarney uma única providência: vetar o salário mínimo de NCz\$ 120,00, aprovado pelo Congresso.

Segundo Ponte, o presidente Sarney não pretende mexer na trimestralidade dos reajustes salariais nem no gatilho de 5% a partir do qual o reajuste mensal seria detonado. "Talvez possamos alterar um pouquinho esse percentual", ponderou o deputado. "Mas a lei salarial aprovada no Congresso tem deformações", disse ele, citando, por exemplo, o fato de não conter salvaguardas que garantam o desconto, no reajuste, dos ganhos reais obtidos por algumas categorias profissionais após o Plano Verão.